



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2021 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A VINTE E TRÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE

Acta n.º 1/2021

Aprovada em 28/04/2022

No dia vinte e três de Novembro de dois mil e vinte e um teve lugar na Sala D. Afonso Henriques do Convento São Francisco a primeira sessão extraordinária de 2021 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - ABERTURA

Intervenção do Presidente da Assembleia

11 - ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara

• Grupos Políticos

2. Orientações Gerais para a estrutura e funcionamento da Assembleia Municipal no mandato 2021-2025:

3. Ratificação da constituição dos Grupos Políticos Municipais e respectivas lideranças;

4. Eleição dos representantes da Assembleia Municipal em sede de:

a) CIM- Assembleia Intermunicipal da Região de Coimbra;

b) XXV Congresso da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses;

c) Assembleia Distrital de Coimbra;

d) Conselho da Comunidade da ACeS - Baixo Mondego;

e) Conselho Geral do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro -Rovisco Pais – (retirado)

f) Conselho Municipal de Educação;

g) Conselho Municipal de Saúde;

h) Conselho Municipal da Cultura;

i) Conselho Municipal da Juventude – (acrescentado)

5. Constituição da Comissão eventual para a Revisão do Regimento e Mandatos;

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Eleitos directos

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Ana Janelas, David Silva, Vítor Parola, António Vilhena, Luís Silva, Tiago Bolhão, Ângela Correia, Juvenal Sousa, Rui Claro e Isabel García

Presidentes de Junta de Freguesia: António Coelho, João Marques, José Santos, Joaquim Pereira, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, João Pimenta, Jorge Veloso e Horácio Costa.

Grupo Municipal (PPD/PSD)

Eleitos directos

Ricardo Lopes, Graça Oliveira, Martim Syder, Carlos Figueiredo, Susana Reis e Paulo Lopes.

Presidentes de Junta de Freguesia: Francisco Rodeiro, António Teodoro, João Campos, Luís Correia e José Simão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Eleitos directos

Manuel Rocha, João Pinto Ângelo e Luísa Silva.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Victor Carvalho e Jorge Mendes.

Grupo Municipal Somos Coimbra (NC):

Eleitos directos

Lúcia Ferraz, Nunes da Silva, Lara Martins e Rui Rodrigues.

Presidente de Junta de Freguesia: Rui Soares.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Eleitos directos

Jorge Almeida, Helena Mendes Margarida Tenente e José Castro.

Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):

Eleitos directos

João Malva e Graça Simões.

Deputado Municipal do PPM

António Cabral Oliveira.

Deputado Municipal do Chega

Fernando Duque

Presenças da Câmara Municipal:

Além do Presidente da Câmara José Manuel Silva e do Vice-Presidente Francisco Veiga, estiveram presentes os Vereadores, Ana Bastos, Carlos Lopes, Ana Oliveira, Miguel Fonseca, Francisco Queirós, José Dias, Carlos Cidade, Regina Bento e Carina Gomes.

Mesa:

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal Luís Marinho que foi secretariado por Graça Simões, como Primeira Secretária e Paulo Cardoso como Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia iniciou a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento nos termos do nº 1 artigo do 13º, do Regimento da Assembleia Municipal – Mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015, bem como nos termos do nº 1, artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Deputada municipal **Joana Araújo**, pedido de *renúncia de mandato*, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **António Vilhena**.

Grupo Municipal (PPD/PSD):

Deputada municipal **Lídia Pereira**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Paulo Lopes**.

Todas as substituições foram efectuadas nos termos do nº 1, artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, bem como nos termos do nº 1, do artigo 13º, do Regimento da Assembleia Municipal.

I – ABERTURA

Informações do Presidente da Assembleia:

→ O Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão apresentado a proposta de “*Ordem de Trabalhos*”, previamente divulgada por email e pelo correio, descrevendo-a ponto por ponto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

destacando o Ponto 1 relativo às informações do Presidente da Câmara, também já divulgados por todos os deputados municipais, bem como o Ponto 4 onde haveria votações decorrentes das listas propostas por cada Grupo Político, entregues na Mesa. Referenciou também que futuramente os tempos seriam com base no Método Hondt, proporcionalmente de forma regressiva, realçando que naquela sessão que não que se iria utilizar;

- Informou que seria *retirada alínea e)* referente ao **Conselho Geral do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais**, devido à mudança da Lei cuja nomeação passaria a ser feita pela CIM - RC;
- Declarou que teria de se acrescentar a *alínea (i)* para a nomeação do **Conselho Municipal da Juventude**;
- Informou que aquela era a primeira reunião extraordinária porque havia um conjunto de representações que aquela Assembleia tinha direito a fazer num conjunto de instituições concelhias, regionais e académicas nas diversas áreas da vida económica e social do Município e da região. Tinham alguns prazos porque implicavam o funcionamento normal daquelas instituições onde deveriam estar representados;
- Questionou o 2º Secretário da Mesa, o Deputado Municipal Paulo Cardoso, sobre se a constituição dos Grupos Políticos, já tinham dado entrada na Mesa, divulgando-a de imediato;
- Face à inexistência de observações à “Ordem de Trabalhos” certificou a sua aprovação, declarando estarem abertas as inscrições para o “*Período Ordem do Dia*”, dando de imediato a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara:

- Anunciou que se encontravam, ainda, em fase de instalação na Câmara Municipal e elogiou o acolhimento dos funcionários, empenhados no processo de desmaterialização. Regozijou, também, o facto de não ter despachos em atraso;
- Abordou a situação económico-financeira da Câmara e enunciou alguns exemplos como o investimento de 200 mil euros num sistema de digitalização que “*praticamente não foi usado o sistema, vamos ter de fazer mais um investimento para por o processo de digitalização avançar que é absolutamente urgente*”; o prazo de caducidade, a 26 de Novembro de 2021, da Área de Reabilitação Urbana” *Universidade- Jardim da Sereia* “cuja Operação de Reabilitação Urbana, durante 3 anos ,não tinha sido elaborada e avançou “ *durante o mesmo período o PDM foi uma oportunidade perdida(...) já lançamos as bases para uma revisão aprofundada , o que naturalmente demora algum tempo mas é fundamental para o desenvolvimento do concelho*”;
- Adiantou “*os SMTUC não estão nada bem, como todos sabem* “, referindo que tinha solicitado um relatório real à administração e salvaguardando “*que nós queremos preservar no domínio público (...)*”;
- Divulgou o facto de o Gabinete de Auditoria Interna da Câmara “*ter zero pessoas, não tinha ninguém. Vai ter, porque o Gabinete de Auditoria Interna é fundamental para o bom funcionamento da instituição*”;
- Partilhou a imprescindibilidade de “*projectos maturados*” para viabilizar a candidatura a fundos europeus e apontou a ausência dos mesmos para as Escolas José Falcão e Eugénio de Castro entre outros, afirmando o acesso aos fundos estruturais e a programas de financiamento como “*absolutamente essenciais*” pelo que “*vamos ter de criar mais projectos e estamos a trabalhar nisso*”;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Assinalou que o processo de Descentralização “(...) para a Câmara Municipal de Coimbra, só na Educação, é um prejuízo de 2 a 3 milhões que se tem de cortar ao Orçamento” e relembrou que se encontravam em negociações com a Faculdade de Economia para a realização de um estudo do impacto financeiro desse na Câmara Municipal, porque constituía uma condicionante na capacidade de investimento;
- Relatou que ao promover reuniões com empresários afiançava que a Câmara tencionava atrair investimento para o concelho, resultando desse diálogo um protocolo com a *Altice* que vinha acelerar a cobertura de fibra óptica em todo o concelho e a implantação de mais torres móveis para melhorar a comunicação até ao final de 2022;
- Mostrou preocupação com a *Alta Velocidade* e o *Metro Bus*, referindo que “*não vamos permitir que Coimbra seja afastada da Alta Velocidade (...) Vamos trabalhar com a IP e com a Metro Mondego para que o Metro Mondego, de facto, sirva os interesses de Coimbra e que não seja apenas a continuação da linha da Lousã que vem até ao centro de Coimbra*”;
- Observou que o concelho consistia no somatório de todas as freguesias, pelo que tinha reuniões marcadas, no âmbito do processo de descentralização com a União de Freguesias de Coimbra e Souselas e Botão;
- Mencionou que o *Pavilhão Mário Mexia* tinha sido cedido ao “*socorrer o Ministério da Saúde*”, advertindo “*não podemos andar a prejudicar milhares de jovens na sua prática desportiva que também é saudável para suprir as insuficiências do ministério da saúde*”;
- Noticiou que tinham nomeado a nova administração das *Águas de Coimbra* “*com um currículo que os indique como preparados para a função que vão exercer, depositamos enormes expectativas na nova administração das Águas de Coimbra e na sua ligação à Universidade*”;
- Assegurou que, face ao que tinha presenciado na sessão de encerramento de *Os Caminhos do Cinema Português*, a Câmara ia reforçar o apoio porque, além de merecido enquadrava-se na candidatura de *Coimbra Capital Europeia da Cultura*, cujo Grupo de Trabalho, por sua vez, passou de imediato a enaltecer;
- Assumiu que o Orçamento e as GOP não estavam a ser um trabalho fácil e que constituíam “*um documento de transição, com todo o respeito democrático, naturalmente, por quem esteve na Câmara antes de nós*” e antecipou o pedido de agendamento, ao Presidente da Assembleia, de uma Sessão Extraordinária para, em conjunto, o Orçamento e as GOP serem debatidos, construídos, auscultando antes da sua finalização.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

- Mencionou que, face a estrita distribuição de tempo e dentro dos limites da razoabilidade, não iria limitar as intervenções.

• Grupos Políticos

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU) : [\(áudio 54:26 da 1ª gravação a 00:10 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Pediu permissão para que, naquela primeira sessão do presente mandato da Assembleia Municipal, saudassem todos os eleitos daquele órgão do Poder Local, aqueles que tinham recebido o voto directo dos eleitores e também aqueles que, ali, representavam cada uma das freguesias do concelho. Deixavam igualmente a sua saudação ao novo Executivo Municipal, na pessoa do seu Presidente José Manuel Silva, a quem desejavam felicidades na condução dos destinos da Câmara Municipal de Coimbra. Uma última saudação ao anterior Executivo Municipal, na pessoa de Manuel Machado, a quem desejavam, igualmente, felicidades;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- A vida dos munícipes era o seu assunto do dia-a-dia, exigindo-lhes que os desafios que se lhes colocavam fossem traduzidos em políticas. *“Não para o julgamento eleitoral de lá longe, mas para a satisfação das necessidades de amanhã”* e, sobretudo, dos assuntos que permaneciam sem solução;
- A CDU tinha-se empenhado, naquela Assembleia, em colocar em cima da mesa os problemas que vinham considerando merecedores de atenção. Ali tinham trazido as questões da melhoria da alimentação escolar, ainda em lento desenvolvimento; as da mobilidade, colocando os SMTUC no centro das soluções; as questões da habitação, a de iniciativa municipal e não municipal; as dos cuidados de saúde; as dos espaços verdes; as da higiene urbana, dos direitos dos animais num contexto de saúde ambiental. Ali tinham chamado à atenção para a necessidade de desenvolver políticas para a Cultura na cidade que queria ser *“Capital Europeia da Cultura em 2027”*. Ali tinham trazido as questões dos direitos dos trabalhadores de todos os sectores, da sobrevivência dos pequenos e médios empresários, da educação, desde o pré-escolar ao ensino superior, do aparelho produtivo de que dependia a tal capacidade de *“estancar a saída dos seus filhos e netos para longe dali”*. Tinham estado e permaneciam contra o chamado processo de *“descentralização de competências”*, tendo votado em conformidade em todos os órgãos em que a CDU se fazia representar, nos planos local e nacional;
- Informou que integrava o Executivo Municipal um vereador da CDU, o que vinha acontecendo ininterruptamente, desde o executivo presidido pelo Dr. Carlos Encarnação. Atiravam-se ao trabalho com *“desinteresse pela benesse material”*, directa ou indirecta, cientes de que a boa política local fazia-se fazendo bem, convocando para a acção os trabalhadores municipais em primeiro lugar e todos os envolvidos. Em política não usavam o termo e as ferramentas da chamada negociação, sentavam-se à mesa à procura de soluções, exigindo tão-só os meios indispensáveis à concretização dos compromissos que assumiam perante os titulares dos órgãos em que se integravam e perante os munícipes;
- Deixavam as palavras essenciais acerca de três assuntos de primeira importância: o primeiro, respeitante ao reforço da capacidade de iniciativa das Juntas de Freguesia. *“Tema quente”* dos debates ali havidos e da ainda recente campanha eleitoral, aquela era uma questão central das preocupações da CDU. Consideravam que as Juntas não podiam ser meras executoras das vontades camarárias, cabendo-lhes um papel central no encontro de soluções para os problemas das populações dos nossos territórios. Tratava-se, agora, de converter compromissos em políticas cuja concretização contaria como o total apoio da CDU; A segunda questão prendia-se com a construção da nova Maternidade. Defendiam, desde sempre, a construção da Maternidade no território do Hospital dos Covões, apoiados no parecer de profissionais de saúde e de urbanistas para quem *“Saúde e Cidade”* não eram dimensões dissociáveis. Deixavam ali uma nota de desagrado relativamente à forma como se tinha ocultado ao povo a decisão que há muito estava tomada, tão boa que tinha mantida no mais completo secretismo pelos negociantes de corredor, governantes do país e governantes da Cidade. Percebiam que *“encravar um edifício no já sobre-ocupado território”* dos HUC até poderia ser uma excelente medida de gestão de interesses, económicos e de estatuto. Mas continuavam a considerar que tal decisão não correspondia às necessidades dos utentes e trabalhadores dos hospitais, por um lado, *“ofendendo alegremente”*, por outro lado, as mais elementares normas de organização do espaço urbano, num país do chamado primeiro mundo;
- Concluiu com a problemática da Estação Ferroviária de Coimbra-Central. Chegar ao centro de uma cidade de comboio era um traço de desenvolvimento. À Estação Nova chegavam 1,3 milhões de passageiros por ano. Coimbra-Centro era a ponta de cá de uma linha que os ligava directamente à Figueira da Foz, a Aveiro, à Guarda e ao Entroncamento. Coimbra-Central já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

tinha sido, durante muitos anos, a estação primeira do caminho que os ligava a todas as cidades da Europa e da Ásia. Desistir da ferrovia no centro de Coimbra era o mesmo que desistir de “*dar vida a uma Baixa que jazia*” algures entre a especulação imobiliária e o abandono desalmado.

Intervenção do deputado Nunes da Silva (NC) : [\(áudio 01:20 a 04:29 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Apresentou em seu nome e do seu Grupo cumprimentos, desejando que os próximos 4 anos fossem altamente positivos para todos;
- Havia que modernizar, atrair investimento e recolocar o ensino e a saúde, entre outros, em posições onde já tinham estado, pois precisavam de jovens. Havia muito para fazer de degrau a degrau, com paciência, pois a pressa era normalmente inimiga da qualidade;
- Declarou que, da parte do seu Grupo Político, tudo fariam para criar ao Executivo as melhores condições de modo a poder implementar as medidas que de forma tão detalhada e completa tinham colocado no seu programa. Esperavam que, da parte da oposição, não aparecessem entraves, muitas vezes ideológicos, que impedissem a concretização dos anseios da maioria inequívoca dos Conimbricenses;
- Aludiu que com aquele Executivo, haveria sempre uma franca, aberta e saudável troca de ideias e opiniões para melhorar Coimbra. Teria de ser aquele o único objectivo de todos as deputadas e deputados municipais;
- Concluiu afirmando que se estava n 5ª vaga de COVID. Havia uma população envelhecida em que os problemas cardo-respiratórios tinham uma incidência elevada. Nos próximos 3 meses haveria um acréscimo significativo na procura dos cuidados de saúde. Era fundamental que o Município, em estreita colaboração com a ARS, estivesse preparado para responder com prontidão e eficácia ao problema.

Intervenção do deputado municipal João Malva (CpC) : [\(áudio 05:04 a 11:15 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Declarou que pretendia naquela intervenção dar voz aos Cidadãos por Coimbra em quatro pontos nucleares: Mobilidade e espaço público; Gestão da Saúde; Floresta, biodiversidade e sustentabilidade climática; Educação e cultura;
- Testemunhavam as notícias que lhes davam conta da adjudicação da primeira empreitada da obra Metro Mondego. No entanto, apesar das boas notícias, os Cidadãos por Coimbra partilhavam preocupação com alguns aspectos da obra. A aquele propósito, tinha sido solicitada, havia duas semanas, uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara, solicitação aquela que ainda não tinha sido atendida, seguramente por dificuldade de agenda;
- Assuntos que queriam destacar: A anunciada acentuada redução dos passeios da Avenida General Humberto Delgado para permitir a passagem do Metro-bus, retirando espaço de mobilidade pedonal aos cidadãos no seu espaço público, mas mantendo o pleno incentivo à entrada de automóveis no coração da cidade; Reforçavam o interesse em reclamar para a Câmara, mantendo no domínio público, os terrenos da Infraestruturas de Portugal, no troço entre a Estação Nova e a Estação Velha, de modo a dar corpo ao rejuvenescimento da cidade amiga do ambiente e dos cidadãos, abraçando o rio;
- Disse que os desafios do envelhecimento exigiam uma resposta no domínio da vida saudável, da prevenção da doença, bem como dos cuidados integrados e personalizados. A aquele propósito, não podiam deixar de manifestar a sua desilusão na anunciada renovação funcional do Hospital dos Covões, como a porta dos fundos do Centro Hospitalar e Universitário. O plano global para a revitalização funcional, plena e humanizada do Hospital dos Covões exigia um plano de mobilidade à altura. Era importante levar à prática o eixo de acesso ao Hospital dos Covões inscrito no Plano Diretor Municipal, a via estruturante Santa Clara – São Martinho do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Bispo. O Executivo Municipal podia não ser responsável pelas políticas emanadas pelo Ministério da Saúde nem pelas decisões de gestão do Conselho de Administração do Centro Hospitalar e Universitário. No entanto, a Câmara Municipal tinha o poder de construir uma via estruturante de acesso ao Hospital dos Covões, dando claro sinal da valorização reclamada pelos cidadãos de Coimbra para aquela estrutura de saúde. O Hospital dos Covões podia e devia deixar de ser a porta dos fundos;

- Declarou que se assinalava naquele dia o “*Dia da Floresta Autóctone*”. O Concelho de Coimbra era dominado pela floresta, que ocupava 48% do seu território. Alertavam para a necessidade de promover, atempadamente, a limpeza das bermas das estradas para evitar possíveis calamidades com incêndios de Verão. O uso de herbicidas contendo glifosato devia ser banido no Município. Deviam evitar a limpeza com recurso à remoção de terras e favorecer o crescimento controlado de herbáceas, respeitando a época de floração, até final de Maio, para atrair insectos polinizadores. Alertavam para a monocultura intensiva, e anárquica, de eucaliptos em alguns territórios, deixando as estradas municipais sem nenhuma margem de segurança contraincêndios. Verificavam situações de risco crítico em manchas florestais entre Brasfemes e Souselas. Era necessário o levantamento das situações mais críticas no Concelho e proceder à abertura de corredores de segurança, respeitando as árvores isoladas ou de claro interesse da comunidade e do património natural. Teriam que repensar e valorizar a floresta, em especial a floresta autóctone. As florestas eram fonte de receitas para as populações, eram fonte de vida, de biodiversidade e de fixação de carbono, tornando os ecossistemas mais resilientes às alterações climáticas. As florestas asseguravam sustentabilidade ecológica e ambiental e eram a melhor garantia do futuro e da saúde coletiva;
- Fez uma última chamada de atenção para a Educação e Cultura. O desafio da candidatura de Coimbra a “*Capital Europeia da Cultura*” não estava vencida. Congratulavam-se com o bom cumprimento das formalidades, mas sabiam todos que era preciso fôlego para uma verdadeira melhoria sustentável naquele domínio, e que tal devia começar na Educação e no acesso democrático à cultura. Assim, queriam acrescentar o seu estímulo ao Presidente da Câmara para que, com a sua Vereadora da Educação, abraçasse o “*Plano Nacional das Artes*” e apoiasse fortemente os projetos culturais dos Agrupamentos de Escolas do Concelho. Aquela oportunidade devia ser aproveitada para fazer a diferença e vincar uma opção de desenvolvimento cultural da cidade, começando pelos seus melhores embaixadores do futuro, as crianças e os jovens;
- Terminou afirmando que Coimbra, apesar de periférica, não tinha que ficar sistematicamente na “*cauda da Europa*”. Uma cidade que reclamava o estatuto de “*Capital Europeia da Cultura*” não podia ficar à margem do anunciado novo consórcio para criar a “*Comunidade de Inovação e Conhecimento (KIC)*” em Indústrias Criativas, com financiamento Europeu pelo “*European Institute of Innovation and Technology*”.

Intervenção do deputado municipal Ricardo Lopes (PSD) : [\(áudio 12:01 a 15:55 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Declarou que era um orgulho fazer parte daquela Assembleia Municipal. Era um regresso, pois já lá tinha estado há 20 anos e regressava com esperança e numa altura em que Coimbra tinha assumido, nas últimas eleições autárquicas, um novo ciclo político, com uma nova maioria na Câmara Municipal de Coimbra, que transmitia uma nova esperança na mudança, na transformação e construção numa nova cidade. Numa cidade que tinha de ser mais inovadora, mais ágil, mais empreendedora, mais social, mais responsável, mais dialogante que liderasse o Centro. Depositou esperança, da parte do PSD, nos novos líderes, no novo Executivo, no novo Presidente da Câmara, esperando que criassem condições aos jovens e aos menos jovens para viver. Sabiam que havia muito por fazer, conforme o Presidente da Câmara já tinha transmitido,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

algumas das dificuldades que tinham encontrado naquele primeiro mês e pouco de mandato, assim como outros colegas deputados também o tinham feito, mas o PSD tinha esperança de que as 112 medidas que tinham sido apresentadas pela coligação “Juntos Somos Coimbra” fossem cumpridas e executadas e que, dali a 4 anos, o balanço fosse francamente positivo. Estava em crer que aquela coligação “*Juntos Somos Coimbra*” e que os respetivos partidos e todos aqueles que faziam parte daquela Assembleia Municipal estivessem à altura do desafio. Da parte do PSD e em consonância com o documento orientador apresentado pelo Presidente da Assembleia Municipal afirmou que faria o seu papel, que era cooperar com a Câmara Municipal de Coimbra e com o seu Presidente na persecução do interesse municipal comum nas 18 ou nas 31 freguesias de Coimbra, “*sem esquecer ninguém*”. Que o município não fosse só a área urbana, mas que fosse de facto a 18 ou as 31 freguesias, a dialogar com todos, a ouvir todos e a trabalhar com todos;

Intervenção do deputado municipal David Silva (PS) : [\(áudio 16:17 a 20:38 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e, na sua pessoa, todos os presentes, deixando uma palavra de grande saudação à sua missão, esperando que fosse um excelente mandato para todos. Agradecia também ao Presidente pela sua vitória eleitoral e por ter tido tempo na sua agenda ocupada para reunir todos e com os presidentes de junta;
- Disse ter acabado de ouvir o esperado, o que estava bem feito era responsabilidade de independentes, ou daquele Executivo, o que estava mal feito era “*alvo de boquinhas e acusações genéricas*”. O PDM, que tinha sido revisto à última hora pelo PSD, com oposição dentro do PS, era culpa do PS. A “*Capital Europeia da Cultura era do grupo de trabalho, já se esperava!*”;
- Solicitou ao Presidente da Câmara que o esclarecesse sobre a novidade que ali lhes tinha dado sobre o José Falcão e a Eugénio de Castro. “*Já não eram da gestão e projeto da Câmara Municipal?* “A informação que tinha era que aquelas duas infraestruturas, estavam ainda fora do processo normal de descentralização, porque estavam sinalizadas pelo governo como infraestruturas a necessitar de urgente intervenção, sendo da responsabilidade e investimento do Governo. A descentralização tinha mais investimento e não prejuízo;
- Concluiu pedindo ao Presidente da Câmara que os esclarecesse.

Intervenção da deputada municipal Helena Mendes (CDS) : [\(áudio 21:27 a 11:15 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Declarou que o grupo político do CDS-PP cumprimentava todos calorosamente, formulando votos de que o trabalho que, em conjunto, lhes cumpria desenvolver ao longo dos próximos 4 anos fosse profícuo, com efectiva tradução na melhoria da qualidade de vida dos coimbricenses e com impacto impressionante no desenvolvimento económico e social da região;
- Disse que não era nada extraordinário, mas, ao invés, totalmente previsível, que a esquerda marcasse desde já as respectivas agendas, as quais, em conjunto, tinham colocado o País e Coimbra em marcha descendente acelerada rumo ao quase-desastre que só a força do voto dos eleitores tinha conseguido conter em Coimbra e conseguiria também conter no País;
- Informou que o Executivo tinha, à sua frente, um trabalho hercúleo, de facto, e porque o tempo urgia, tinha arrancado com toda a determinação, com grande competência, com profundo conhecimento, com uma estratégia bem definida e com uma energia inesgotável. Um trabalho assim, só podia conduzir a bons resultados, que não tardariam a aparecer ainda mais visíveis. Da parte do CDS, o Executivo podia contar com uma postura cooperante e de construção dos consensos, que assegurassem todas as condições para o desenvolvimento da sua acção a bem da cidade, do concelho e da região. De todos os membros daquela Assembleia, os munícipes esperavam que conseguissem atender aos seus anseios, mais do que marcar diferenças



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ideológicas ou vincar limites partidários. Esperavam que fossem capazes de criar consensos, de apresentar propostas construtivas e de colocar Coimbra sempre acima do que os separava.

- Concluiu afirmando que tinham começado bem, conseguindo concertar vontades para encontrar representantes daquela Assembleia na CIM e em diversas outras entidades. Continuariam aquele trabalho colaborativo na revisão do Regimento, na constituição e funcionamento das Comissões e, quando necessário, esperando que aquele diálogo construtivo entre todas as forças políticas permanecesse como boa prática.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS) : [\(áudio 16:17 a 35:26 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Pediu permissão para, como o tinha feito há 4 anos naquela Assembleia Municipal, saudar e cumprimentar no início daquelas funções, daquele novo mandato, porque do seu bom desempenho, beneficiaria a cidade e o concelho de Coimbra;
- Sublinhou, em seu nome e de todos os deputados do Partido Socialista, a mensagem dirigida a todos os presentes pelo, então, Presidente Manuel Machado, no seu discurso de tomada de posse, para o mandato que, então, tinha findado. E, como ele tinha dito em Outubro de 2017, citando, reafirmou: *“Vamos puxar todos para o mesmo lado, é este o meu apelo! Vamos parar de dizer mal de Coimbra. Vamos todos contribuir com espírito crítico naturalmente Para o relançamento de Coimbra”*;
- Saudou também o Presidente da Assembleia Municipal, pela sua reeleição o que bem se justificava pelo seu brilho, tinha desempenhado as suas funções, prestigiando aquela Assembleia e a democracia e porque não dizê-lo, porque soube como ninguém *“quebrar os muros das conveniências inconfessáveis”*, sempre actuando, sem necessidade, de se considerar superior a qualquer dos presentes. Exemplo daquela humildade e daquele exercício democrático, tinham encontrado no pormenor de não apelar ao voto em si próprio, deixando à liberdade e consciência dos deputados municipais, com legitimidade democrática por lei conferida para o exercício do seu direito de voto, porque na verdade, não lhe ficaria bem dizer: *“Votem em mim”*;
- Saudou o Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Manuel Silva, pela sua clara e inequívoca vitória. Tinha chegado de uma escolha eleitoral democrática, que tinha ganho sem qualquer margem de dúvidas e por isso queriam dirigir-lhe os parabéns e dizer-lhe que podia contar com o Partido Socialista, para valorizar e desenvolver Coimbra. Não era aquela a sessão para pedirem ou apreciarem qualquer actividade ou planos de actividades.;
- Informou que os deputados municipais do Partido Socialista não iriam pensar e actuar ali como se o seu partido tivesse ganho as eleições, porque na verdade as tinham perdido e por consequência o governo do Município de Coimbra e do poder que reconheciam que tinham entrado efectivamente num novo ciclo e, por isso, iam assumir-se como oposição. Oposição responsável, construtiva, mas vigilante em relação aos verdadeiros interesses colectivos de Coimbra e dos Conimbricenses, sempre em direcção da sua valorização, com realismo, sem impaciência e com moderação;
- Mais disse que já no anterior mandato tinham afirmado várias vezes e agora repetiam que em democracia, era tão nobre estar no poder como na oposição e o Partido Socialista, já anteriormente o tinha demonstrado havia 8 anos, quando também eram oposição ao governo de Coimbra, então liderada pelo PSD, mas nunca o Partido Socialista tinha votado contra por mero fundamentalismo;
- Declarou que a Assembleia Municipal era um espaço de liberdade, mais do que um espaço de poder e de intolerância. E, porque felizmente, assim era, os deputados do Partido Socialista



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- falariam ali, com verdade e em liberdade e sempre com a componente de seriedade, mas não lhes pedissem que ficassem calados perante a “*mentira conveniente*”;
- Dirigiu-se ao Presidente da Câmara Municipal informando-o que, naquele quadro de valorização e do desenvolvimento que há muito tempo estava em curso, com obra no terreno em execução, adjudicada ou concursada, encontravam-se entre muitas outras: a implementação do Metro Bus e a inerente requalificação urbanística que envolvia, sobretudo a zona ribeirinha do Rio Mondego, a Baixa de Coimbra e a requalificação e modernização da Estação de Coimbra B; o desassoreamento do Rio Mondego, com a estabilização e requalificação das suas margens, onde se incluía o Parque Dr. Manuel Braga até à Ponte Açude e a abertura da Via Central. Todos reconheciam decerto, algumas insuficiências e igualmente também não se reviam totalmente em alguns dos projectos. “*Na verdade, era justo, por exemplo que o Metro Bus fosse à Universidade? Era!*” “O Metro Bus deveria ir também a Condeixa/Mealhada e não se ficar só pela Praça 8 de Maio. Aquelas e outras coisas eram justas se as pudessem pagar, mas como as não podiam pagar, não eram justas;
 - Declarou que era bom dizer que à herança que o Partido Socialista tinha deixado, havia que juntar o rigor das contas municipais e uma situação financeira estável e consolidada, conforme, aliás, o confirmava o ROC no seu parecer relativo ao 1º semestre do corrente ano e como ele escrevia: “*Analisadas as demonstrações financeiras do município verifica-se que a autarquia dispõe das condições para cumprir todas as suas obrigações actualmente assumidas*” que: “*Assim seja também no futuro e para bem de Coimbra*”;
 - Concluiu informando que relativamente à falência dos SMTUC, assinalada na intervenção do Presidente da Câmara, a falência técnica já tinha mais de 8 anos, sem dinheiro para pagar aos seus fornecedores.

Intervenção do deputado municipal João Campos (PSD): ([áudio 36:16 a 43:50 minutos - 2ª gravação](#))

- Declarou que tinha ficado estupefacto ao saber, naquele preciso momento que os SMTUC estavam em falência técnica, havia 8 anos. O que sabia era que os autocarros não saiam para a rua e pedia ao Presidente da Câmara que os esclarecesse. O estado em que estavam os autocarros dos SMTUC era o reflexo de como estava aquela cidade;
- Relativamente à sua freguesia informou que tinha mais de meio milhão de euros em obras por realizar. Pediu à Vereadora Ana Bastos e ao Presidente da Câmara que aquela situação fosse revertida e também que inovasse o GAF, porque não tinha condições de trabalho dignas;
- Relativamente Projecto ao Mercado do Calhabé disse ter sido informado pelo GAF, após mais de 3 anos, que não havia dinheiro para fazer as obras. A sua União de Freguesia tinha guardado 150 mil euros para aquele efeito, mas aquele valor não chegava, pedindo de novo à Vereadora Ana Bastos que o projecto fosse acolhido, porque era um mercado urbano que merecia uma requalificação digna;
- Relativamente à retirada da Estátua de Almedina, em 2020, junto ao Arco de Almedina, disse que a sua União de Freguesias tinha sido informada que a mesma tinha sido retirada por uma questão de obras. Como tinha sido retirada daquela forma e nada tinha sido comunicado à Direcção Regional da Cultura do Centro, agora tinha ficado a saber que era preciso pedir um parecer à referida Direcção para a recolocação da referida estátua, indevidamente retirada pelo Executivo anterior;
- Informou que a União de Freguesias de Coimbra, há cerca de 1 ano, tinha concorrido e tinha sido parceira de vários projectos aos “*Bairros Saudáveis*”. Tinha sido uma das freguesias, fora das grandes áreas metropolitanas, que mais projectos tinha tido e, um daqueles projectos, era um projecto vencedor, as “*Hortas Comunitárias*”. Estava pensado para o Bairro da Conchada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

e para o Parque Nómada. Quando tinha falado com o Vereador Dr. Francisco Queirós, no mandato anterior e antes do projecto ser entregue, nunca lhes tinha sido pedido que fosse para aquela área. Tinham enviado à Câmara Municipal e ao referido Vereador várias vezes os documentos para que o projecto fosse assinado. Depois do projecto ter sido vencedor, tinha reunido, não com o Vereador Francisco Queirós, mas sim, com a Chefe de Divisão Dr^a Maria José Brenha onde lhes tinha sido transmitido que aquele projecto tinha que ser implantado no nas “*Hortas Comunitárias do Ingote*”. Transmitiram à Câmara Municipal que as “*Hortas Comunitárias do Ingote*” não faziam parte da União de Freguesias. A comunidade alvo eram as pessoas carenciadas da União de Freguesia de Coimbra. Tinham conseguido vencê-lo e, no dia anterior tinha aparecido no jornal que a Câmara Municipal iria disponibilizar 3 talhões no Bairro do Ingote. Pedia ao Vereador, ao Presidente da Câmara e a Vereadora da Habitação que arranjassem uma solução para aquele projecto. No Bairro da Conchada já existiam “*Hortas Comunitárias*” a serem feitas pelos seus moradores, que para além de ter alimentos próprios pudessem ter ainda um rendimento próprio;

- Concluiu afirmando que não tinha gostado da notícia, tinha-o transmitido ao Presidente da Câmara Municipal, por entender que aquele trabalho tinha sido todo elaborado pela sua União de Freguesias e pedia que a Câmara Municipal tivesse em atenção às notícias, porque as mesmas tinham sido divulgadas pela Câmara Municipal de maneira a parecer que era um projecto daquele órgão e não da sua União de Freguesias e que, de futuro, o trabalho fosse feito em conjunto.

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal:

- Respondeu ao Deputado Manuel Rocha, referindo-se à maternidade que, em conjunto com a Universidade, incluindo Pólo III “*vai desafogar os HUC e toda aquela zona e não prejudicar as acessibilidades*” “Garantiu o melhor serviço de obstetrícia e neonatologia do país, cujas alterações nos HUC iam aumentar o estacionamento e reduzir o número de pessoas em consulta externa que, por sua vez, passariam a ser atendidas nos Covões, em edifício a construir. Anunciou as conversações com a Universidade para a construção de um estacionamento que serviria a Maternidade, os HUC e o Pólo III. Afirmou que o Hospital dos Covões representava uma questão que tinha de ser trabalhada para” *um verdadeiro e digno futuro, não só para o hospital, mas essencialmente para o Serviço Nacional de Saúde (...)*. Esclareceu, ainda, relativamente ao Metro Bus, que cada um dos autocarros da via iria transportar cerca de 150 passageiros e a zona de Coimbra B teria dois destinos: HUC e Pediátrico e centro da Cidade;
- Dirigiu-se ao Deputado David Ferreira da Silva e referiu que as escolas José Falcão e Eugénio de Castro “*estão numa fase de transição, são (...) teoricamente da Câmara que ainda não recebeu e primeiro tem de vir financiamento do ministério da Educação (...)*” e avançou “*se a Câmara de Coimbra investir num projecto de requalificação destas escolas, pagar o projecto e depois arranjar financiamento (...) estamos a servir a cidade e estamos a servir os jovens e as famílias*”;
- Apontou as obras de Via Central como indevidamente gastas pela Câmara porque eram responsabilidade do governo;
- Reafirmou as palavras de David Ferreira da Silva “*os SMTUC continuam em falência técnica*” “e reforçou com 46 autocarros avariados por incapacidade das oficinas na sua reparação e com injeções de 7 milhões de euros anuais da Câmara”;
- Esclareceu o Presidente de Junta da União de Freguesias de Coimbra, referindo que as indicações que tinham dado ao Gabinete de Apoio às Freguesias eram de que os processos prioritários seriam os mais antigos. Acrescentou, também, que o GAF tinha sido reforçado ainda no mandato anterior e mostrou o benefício na união entre o gabinete e o urbanismo, no sector



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

de projectos que seriam instalados no prédio da rua Ferreira Borges adquirido pelo Executivo anterior.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

- Declarou que, perante a *Ordem de Trabalhos*, com características tão específicas, deveriam eliminar um pouco a diferença entre grupos e permitir às pessoas que se exprimissem com mais liberdade;
- Anunciou o ponto seguinte, prevenindo que “*esse pequeno texto não é um caderno reivindicativo*” e explicou que, no plano institucional, entre ambos os Órgãos do Município, existia cooperação que exigia o preenchimento de um conjunto de condições;
- Assumiu a responsabilidade de fazer uma síntese das ambições partilhadas pelos grupos políticos que seria melhorada com as consequentes conversações com o Executivo e no quadro da revisão do Regimento da Assembleia Municipal.

2. Orientações gerais para a estrutura e funcionamento da Assembleia Municipal no mandato 2021-2025;

Orientações Gerais para a Estrutura e Funcionamento da Assembleia Municipal (Mandato 2021-2025)

A Assembleia Municipal funda a sua legitimidade na pluralidade das escolhas dos cidadãos que a elegeram e vota, em cada caso, segundo os consensos maioritários que a sua dinâmica e responsabilidade vai criando.

A Mesa e ao seu Presidente cabe a orientação geral dos trabalhos deste Órgão, em diálogo com as forças políticas que o integram e cooperar com a Câmara e o seu Presidente na prossecução do interesse municipal comum. Não há Assembleias neutras, mas da sua actividade não resulta, necessariamente, passividade ou submissão, nem oposição de princípio.

Para o desempenho das suas tarefas, no quadro de uma crescente ambição de maior eficácia e correspondência ao padrão de prestígio e credibilidade que todos partilhamos, a Assembleia necessita da cooperação política e material do Executivo, assumindo responsabilidades próprias, actualizando e melhorando os instrumentos jurídicos de que dispõe e avançando nas responsabilidades comuns, solicitando à Câmara o que só ela pode dar, no cumprimento das suas competências. Nestes termos, importa:

- *Materializar uma ligação fluída e de boa-fé entre os dois órgãos, aperfeiçoando-se a relação e a comunicação entre ambos, particularmente, entre as suas lideranças;*
- *Instituir os mecanismos de autonomia institucional da Assembleia Municipal, por via de um orçamento de funcionamento, adequado às suas necessidades e já previsto na lei, bem como o estabelecimento de um quadro orgânico de pessoal;*
- *Apoiar os grupos municipais, dotando-os de espaços e meios de comunicação para melhor ligação efectiva com os munícipes;*
- *Melhorar as condições de trabalho dos deputados, modernizando os suportes de informação em qualidade e em tempo e dotar as sessões plenárias de meios eficazes do funcionamento de base electrónica, de forma a apurar com facilidade e certeza o sentido das votações e garantir a reprodução fiel dos debates;*
- *Alargar, aos meios de comunicação públicos, a abertura das sessões e registar no sítio do Município o essencial dos debates;*
- *Fomentar o interesse e a participação dos cidadãos, na questão da cidade e seu termo, pelo direito à intervenção pública e pelo tratamento e informação das suas sugestões ou queixas;*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- *Revisitar o Regimento da Assembleia, revendo-o e actualizando-o e nele incorporando novas formas de funcionamento, clarificando as competências das comissões e assumindo as compensações financeiras de que podem beneficiar os membros da Assembleia pelo desempenho das suas tarefas.*

NOTA: Este documento orientador de carácter geral resulta da análise das propostas feitas pelas forças políticas, concorrentes às eleições de Setembro passado, tentado aproximar-se de uma síntese daquilo que lhes é comum.

Intervenção do deputado municipal Ricardo Lopes (PSD): [\(áudio 06:23 a 09:00 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Deu nota que tinha sido com algum espanto que tinha ouvido ali algumas posições, quando estavam decorridos, exactamente, 1 mês e 5 dias desde a tomada de posse;
- Relativamente ao segundo ponto onde se vinha pedir, e bem, na óptica do Grupo Municipal do PSD, melhores condições para aquela Assembleia Municipal, não poderia deixar de referir que, independentemente de apoiarem aquela iniciativa, estavam disponíveis para colaborar, para dignificar e melhorar as condições de trabalho, “*não poderia deixar de brincar*” com intervenções anteriores que era frequente da parte da esquerda, quando afirmavam que a culpa “*era do Passos*”. A culpa das más condições daquela Assembleia não “*era do Passos*”. A Lei não estava a ser cumprida e não tinha sido cumprida nos últimos anos;
- Concluiu afirmando que o PSD estava disponível para fazer cumprir a Lei, para pedir ao Executivo melhores condições, inclusivamente, poderem ter uma sala partilhada pelos vários Grupos Municipais poderem trabalhar, um armário para cada Grupo Municipal, mesas e cadeiras para trabalhar, mas não podia deixar de assinalar que a falta de condições não era culpa era do PSD, “*não era do Passos*”. A culpa era do não cumprimento da Lei. Da parte do PSD estariam disponíveis para colaborar na melhoria de condições daquela Assembleia Municipal.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 09:33 a 13:30 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Declarou ser uma testemunha presencial daquilo que dizia respeito à tenacidade do Presidente da Assembleia Municipal, em crer levar à prática aquilo que ali lhes trazia, no documento sobre as orientações gerais do Município. Também ele, antes do PS ser governo municipal, tinha pugnado pelo funcionamento naqueles termos da Assembleia Municipal, que não tinha líderes, nem tinha comissões. Já na altura pugnavam diante o Presidente da Assembleia Municipal, de então, Professor Manuel Porto. Nunca tinham afirmado que a culpa “*era do Passos*”. O que tinham afirmado era que a culpa era do Governo Municipal, na altura do PSD, mas a verdade era que, chegados àquela data, não tinham ainda aquela estrutura funcional da Assembleia que todos desejavam. O seu método de concretização não tinha sido levado à prática durante 8 anos, enquanto o PS tinha liderado a Câmara Municipal. Era verdade! Mas também era verdade que a Líder do Grupo Municipal “*Somos Coimbra*”, havia 4 anos, naquela mesma Assembleia Municipal, de 29/11/2017, na primeira sessão de funcionamento, após a sua instalação, tinha-se pronunciado da seguinte forma, conforme estava registado em acta: “*Era tempo de ponderar sobre o papel e as atribuições da Assembleia Municipal, acautelando o seu bom funcionamento e garantindo a sua independência, por via da existência de instalações, equipamentos e apoios próprios*”;
- Terminou afirmando que, após as intervenções na última reunião dos Deputados Municipais, Manuel Rocha e Graça Simões, parecia-lhe que estavam todos de acordo sobre aquela matéria, julgava que a Câmara Municipal deveria levar à prática aquilo que era, unanimemente, da vontade de todos os Deputados Municipais e Grupos Municipais ali representados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 13:52 a 17:00 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Declarou que aquelas últimas intervenções marcavam ali um ponto que tinha que ser ultrapassado. Já tinham visto que sim, que estavam todos de acordo e que por aquele facto tinham ali um texto que tinha sido feito à medida daquele consenso, numa base consensual. Decerto que haveria pontos que poderiam discordar e ainda bem, porque quando discordavam podiam afinar melhor as suas decisões;
- Ressalvou duas situações: Uma, era que estavam a centrar-se nas questões materiais - recursos para as quais dependiam naturalmente das decisões da Câmara Municipal e decerto que iriam tê-las. Mas havia outra parte no documento e no texto que de facto era mais flexível, não era tão forte mas, do ponto de vista do CpC, era mesmo a mais importante e aquela, não dependia da Câmara Municipal, dependia, unicamente, de todos os deputados da Assembleia Municipal, que era de facto, a dignificação do seu papel com os recursos fundamentais, porque dignificando, tinham mais dignidade a sua palavra e a sua função poderia ser mais importante do ponto de vista a cidadania, mas havia outra função que era abrir a porta e dar voz aos cidadãos. Sabiam como aquilo era caro e essencial para os cidadãos de Coimbra. Nem tudo dependia da Câmara Municipal. Muito dependia da força, da capacidade de negociação e revisão e seria feito em sede da revisão do regimento;
- Concluiu afirmando que tudo aquilo que defendiam teria que estar regulamentado que devia ser revisto com urgência. Na opinião do CpC, 25 de Abri de 2022, seria uma “*belíssima data*”, para ter o trabalho de revisão do regimento pronta. Era naquele regulamento que tinha que ficar clarificada, legitimada, aquela forma como queriam abrir a porta à participação aos cidadãos. Eram os legítimos representantes, mas não podiam achar que podiam sempre falar pelos outros. “*Tinham que deixar a porta aberta*”.

Intervenção do deputado municipal João Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 17:16 a 23:10 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Declarou que todos estavam e sempre tinham estado de acordo, em que era preciso dignificar e melhorar o funcionamento da Assembleia Municipal. Era uma questão não só de princípio, mas também de exigência democrática. *A primeira questão*: não deviam ser confundidas as mudanças regimentais que deviam ser trazidas ao regimento e, com uma comissão a constituir para o efeito, com mudanças que eram meramente funcionais para a Assembleia Municipal. A lógica plasmada naquele texto, era uma lógica inconveniente e que limitava a discussão nos seus parâmetros essenciais. Eram coisas diferentes, que não deveriam ser misturadas. O funcionamento das comissões tinha que ser melhorado, a participação dos cidadãos tinha de ser melhorada. Tratava-se de matéria regimental, para que ficasse “*legislado*” para o seu funcionamento. As questões funcionais não tinham que ser misturadas com o regimento, tinham que ser autonomizadas. Era ali que estava a enorme falha;
- Informou que a urgência em garantir o funcionamento pleno e autónomo da Assembleia Municipal de forma que se cumprisse a Lei e exercesse as suas competências e atribuições tinha levado a CDU, aliás, a única força política que de uma forma global e consistente tinha apresentado um elenco de exigências no seu programa eleitoral. Onde o Movimento do CpC tinha feito um voto e uma nota especial da participação dos cidadãos, que era de registar e que condizia plenamente com as suas solicitações. As forças maioritárias que se tinham colocado em disputa, nenhuma tinha colocado uma referência àquela Assembleia Municipal. Era aquilo que os preocupava, e queriam trazer ali aspectos concretos, esperando que “*dali a 4 anos todos estavam de acordo, mas está tudo na mesma*”. A CDU tinha elaborado uma proposta de princípios mínimos que urgia decidir para cumprir aqueles fins para que se intensificassem e concretizassem na prática. Era com satisfação que os viam reproduzidos nas orientações ali



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

apresentadas e, dirigindo-se ao Presidente afirmou:” estes *desejos não podem ser entendidos, muito menos solicitados, como que de uma dádiva do Executivo se tratasse*”;

- Mais do que uma afirmação de princípios, tratava-se de levar a cabo a exigência do aprofundamento da democracia nos órgãos municipais. Entendia que competia àquela Assembleia Municipal tomar “*em mãos a sua concretização*”. Porque achavam “*curto*” para não dizer inexistente o que se propunha para a concretização daqueles princípios, por todos aceites e para não ficarem pelas boas intenções propunham: (pediu ao Presidente da Assembleia Municipal fosse indulgente para que aceitasse oralmente, uma proposta que fazia à Mesa para que fosse ali votada e aí, verificariam quem queria ou não queria levar à prática aqueles objectivos concretos) que era a seguinte: *a criação de uma comissão, constituída por um representante de cada Grupo Municipal com o fim de, até à apresentação do próximo orçamento municipal, definir os meios necessários, humanos, matérias e financeiros e, os locais disponíveis para o funcionamento que se queria melhorar e mais capaz de responder ao Órgão da democracia que era aquela Assembleia Municipal*;
- Concluiu que “*se isto não for feito acho que ficar tudo com dantes*”.

Intervenção do deputado municipal Nunes da Silva (NC): [\(áudio 23:01 a 27:12 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Declarou em primeiro lugar que não podiam esquecer que não era só a Assembleia Municipal não tinha condições dignas para trabalhar. Havia vários funcionários da Câmara que também não as tinham;
- Em segundo lugar e dirigindo-se ao Deputado Municipal Ferreira da Silva informando que estava à espera da sua intervenção porque devido à unanimidade que sempre tinham tido ao longo dos anos, e que nunca tinham conseguido concretizar, aliás a única força política que se tinha mantido ao longo dos anos era a CDU e essa nunca tinha feito pressão para resolver os problemas;
- Concluiu dirigindo-se ao Deputado Municipal Pinto Ângelo informando-o de que concordava com ele, aliás havia uma unanimidade, mas tinham que se resolver as questões “*passo a passo*” e a seu tempo.

Intervenção do deputado municipal João Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 27:48 a 31:09 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Retomou as palavras do Deputado Municipal Nunes da Silva relativamente aos vereadores da CDU e esclareceu “*todos os vereadores, tenham ou não tenham pelouros atribuídos, têm a possibilidade de fazer propostas essa eventual crítica que possa fazer a um vereador da CDU tem de estender a todos os vereadores que estiveram no Executivo*”;
- Mostrou desacordo com abordagem da matéria pelo Executivo, propondo que a Comissão criasse um quadro de necessidades a serem satisfeitas segundo as possibilidades e reforçou a necessidade de orçamentação das medidas concretas.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

- Esclareceu a interpretação do texto impedindo que extravasassem sentido das suas palavras, explicou “*numa atitude de completa e absoluta paridade num diálogo estruturado com a Câmara Municipal*”. Salvaguardou que, do ponto de vista bilateral, estavam lançadas as bases nos variados âmbitos para pôr em execução as regras previstas na lei;
- Respondeu ao Deputado Municipal Pinto Ângelo, destacando o “*plano da fluidez da comunicação entre estes dois Órgãos*”, que não seria necessário criar “*rigorosamente mais nada (...) aceite que não precisamos de nomear mais nenhuma comissão, precisamos de assumir este texto como um todo*”;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

→ Apelou ao reconhecimento da “*autoridade que tem a conferência de líderes para ir definindo um perfil de intervenção da Assembleia Municipal que não defrauda ninguém, porque vem da vontade comum de todos os nossos deputados*”.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 41:04 a 43:28 minutos - 3ª gravação\)](#)

→ Apelou à definição das condições do trabalho da Assembleia, confirmando que para maior proximidade com a população precisavam de salas para a receber. E reforçou “*estamos a falar de receber os cidadãos num espaço da Assembleia Municipal (...) é tão simplesmente isto!*”;

→ Partilhou o problema de condições de trabalho na Câmara Municipal, nomeadamente, no Arquivo e afirmou que teria de ser resolvido “*tudo ao mesmo tempo, isto é que é mudança*”.

Defesa da honra do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 43:45 a 44:28 minutos - 3ª gravação\)](#)

→ Negou as palavras que lhe tinham sido imputadas “*nem falei em Orçamento, nem falei em Dezembro, nem falei em salas, nem em computadores nem em nada*”. E contrapôs reafirmando o que tinha dito relativamente aos princípios e à cooperação;

→ Dirigiu-se a Nunes da Silva declarando “*receio, que no futuro, continue a pôr na minha boca aquilo que eu não disse, mas não me cala enquanto deputado da oposição*”.

Intervenção da deputada municipal Helena Mendes (CDS): [\(áudio 44:45 a 45:53 minutos - 3ª gravação\)](#)

→ Lembrou que não tinham nenhum poder Executivo e mesmo que a Assembleia Municipal decidisse deliberar sobre os aspectos em análise, não passaria de uma Recomendação à Câmara Municipal;

→ Subscreveu a estratégia apresentada pelo Presidente da Assembleia.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 46:04 a 47:41 minutos - 3ª gravação\)](#)

→ Defendeu que poderiam encontra-se de forma “*democrática e fraternal*”, numa Comissão que lidasse com a questão que merecia ser resolvida. Considerou a necessidade de criar um grupo de trabalho para que se pudesse chegar a um consenso com o Executivo relativamente à criação de condições e afirmou “*é uma questão de natureza de funcionamento dos Órgãos e será, no nosso município, uma novidade absoluta e uma lição de democracia*”.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

→ Procurou entendimento no agendamento de uma reunião de líderes, prevenindo que cada um dos grupos políticos se faria representar pelo membro que entendesse para tratar como ponto único dos trabalhos do melhoramento do funcionamento da assembleia como delineado no documento apresentado à votação.

Intervenção do deputado municipal João Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 48:21 a 50:38 minutos - 3ª gravação\)](#)

→ Avançou que não estava em causa a composição da Comissão de Revisão do Regimento, sugerindo que a conferência de líderes criasse uma proposta, até ao próximo Orçamento, de forma que as diversas matérias referidas tivessem, previamente, previsão orçamental.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

→ Concordou com a intervenção antecedente e reforçou “*é evidente que tudo isto tem de ter tradução orçamental (...) estamos todos de acordo, isso está implícito neste texto*”;

→ Propôs o documento à votação com o “*entendimento do implícito organizacional proposto pelo nosso Senhor Deputado João Pinto Ângelo*”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação nº 41/2021

2. Orientações gerais para a estrutura e funcionamento da Assembleia Municipal no mandato 2021-2025;

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, aprovar, por *maioria* de 48 votos a favor e uma abstenção o seguinte documento, apresentado pelo Senhor Presidente da Assembleia Dr. Luís Marinho:

Orientações Gerais para a Estrutura e Funcionamento da Assembleia Municipal (Mandato 2021-2025)

A Assembleia Municipal funda a sua legitimidade na pluralidade das escolhas dos cidadãos que a elegeram e vota, em cada caso, segundo os consensos maioritários que a sua dinâmica e responsabilidade vai criando.

A Mesa e ao seu Presidente cabe a orientação geral dos trabalhos deste Órgão, em diálogo com as forças políticas que o integram e cooperar com a Câmara e o seu Presidente na prossecução do interesse municipal comum. Não há Assembleias neutras, mas da sua actividade não resulta, necessariamente, passividade ou submissão, nem oposição de princípio.

Para o desempenho das suas tarefas, no quadro de uma crescente ambição de maior eficácia e correspondência ao padrão de prestígio e credibilidade que todos partilhamos, a Assembleia necessita da cooperação política e material do Executivo, assumindo responsabilidades próprias, actualizando e melhorando os instrumentos jurídicos de que dispõe e avançando nas responsabilidades comuns, solicitando à Câmara o que só ela pode dar, no cumprimento das suas competências. Nestes termos, importa:

- *Materializar uma ligação fluída e de boa-fé entre os dois órgãos, aperfeiçoando-se a relação e a comunicação entre ambos, particularmente, entre as suas lideranças;*
- *Instituir os mecanismos de autonomia institucional da Assembleia Municipal, por via de um orçamento de funcionamento, adequado às suas necessidades e já previsto na lei, bem como o estabelecimento de um quadro orgânico de pessoal;*
- *Apoiar os grupos municipais, dotando-os de espaços e meios de comunicação para melhor ligação efectiva com os munícipes;*
- *Melhorar as condições de trabalho dos deputados, modernizando os suportes de informação em qualidade e em tempo e dotar as sessões plenárias de meios eficazes do funcionamento de base electrónica, de forma a apurar com facilidade e certeza o sentido das votações e garantir a reprodução fiel dos debates;*
- *Alargar, aos meios de comunicação públicos, a abertura das sessões e registar no sítio do Município o essencial dos debates;*
- *Fomentar o interesse e a participação dos cidadãos, na questão da cidade e seu termo, pelo direito à intervenção pública e pelo tratamento e informação das suas sugestões ou queixas;*
- *Revisitar o Regimento da Assembleia, revendo-o e actualizando-o e nele incorporando novas formas de funcionamento, clarificando as competências das comissões e assumindo as compensações financeiras de que podem beneficiar os membros da Assembleia pelo desempenho das suas tarefas.*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

→ Esclareceu que, relativamente ao *Ponto 3*, a ratificação dos Grupos Políticos, por direito potestativo dos próprios, tinha sido efectuada no início da Sessão;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Anunciou a eleição dos representantes, nos diversos órgãos, divulgando que tinha tido, de todos os líderes políticos, no princípio da sessão, o consenso de que a proposta assinada por todos os líderes dos grupos políticos organizados devia valer como uma proposta única sujeita a votação na sua íntegra;
- Apresentou a lista única relativa a todas as representações e respectivas composições, acordadas segundo o “*método de Hondt com arranjos*”, porque reconhecia a vontade dos líderes de que todas as forças organizadas fossem representadas;
- Avançou que o Regimento da Assembleia Intermunicipal impunha, como primeiro critério de substituição, que a substituição fosse feita no quadro do mesmo grupo político “*a não ser que, isso foi um acordo que foi aqui explícito entre dois grupos políticos, os grupos políticos entendam, por qualquer razão fundamental ou a pedido de muito interesse de um, que um grupo político entregue a substituição da sua representação, naquela circunstância, a um outro. Pode ceder, portanto, é uma faculdade (...) esse princípio parece que foi admitido, é unânime. Portanto todos os grupos políticos têm representação na CIM*”.

4. Eleição dos representantes da Assembleia Municipal em sede de:

CIM- Assembleia Intermunicipal da Região de Coimbra

Efectivos: *Luís Marinho - (PS); Ricardo Lopes - (PSD); Ferreira da Silva - (PS); Nunes da Silva - (NC); Jorge Alexandre Almeida - (CDS); Rui Claro - (PS); Manuel Rocha - (CDU); Maria da Graça Oliveira - (PSD).*

Suplentes: *João Malva - Cidadãos Por Coimbra - (CPC); Ângela Pinto Correia - (PS); Martim Syder - (PSD); Lúcia Santos Ferraz - (NC); Pinto Ângelo - (CDU); Helena Mendes - (CD); Tiago Bolhão - (PS); Susana Magnólia dos Reis - (PSD).*

XXV Congresso da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses

Efectivo: *Horácio Costa - (PS) - Presidente da União de Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela.*

Suplente: *Jorge Mendes - (CDU) - Presidente da União de Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila.*

Assembleia Distrital de Coimbra: *João Francisco Campos - (PSD) - Presidente da União de Freguesias de Coimbra.*

Conselho da Comunidade da ACeS - Baixo Mondego: *Carlos Nunes da Silva - (NC).*

CPCJ - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens - Coimbra: *Margarida Tenente dos Santos Pocinho - (CDS).*

Conselho Municipal de Educação: *Luís Miguel Lopes Correia - (PSD) - Presidente de Junta de Eiras de S. Paulo de Frades.*

Conselho Municipal Saúde: *João José Malva - (CpC)*

Conselho Municipal da Cultura: *Paulo Cardoso - (PS) - Presidente da Junta de Freguesia de Torres do Mondego e Luísa Maria Silva - (CDU).*

Conselho Municipal da Juventude: *Tiago Bolhão - (PS); Martim Syder - (PSD); João Pinto Ângelo - (CDU); Margarida Simões - (NC); Vasco Semedo - (CDS); Graça Simões - (CpC); João Pinto - (PPM); Francisco Guiné - (CHEGA).*

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

- Verificou que a lista proposta à votação tinha “*uma pequena nota discrepante*” na representação do Conselho Municipal da Saúde, uma vez que o acordo entre as forças políticas contemplava



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

a representação do CpC, mas, nesse âmbito, a representação seria em nome das freguesias do concelho, pelo que João Malva, não dispondo da qualidade de Presidente de Junta, não poderia, por isso, integrar o Conselho Municipal da Saúde

Intervenção do deputado municipal João Malva (CpC): [\(áudio 01:46 a 02:08 minutos - 4ª gravação\)](#)

→ Declarou que, face à inexistência de dúvidas relativamente ao cumprimento da lei, o CpC não reclamaria a representação no Conselho Municipal de Saúde, salvaguardando, desde logo, o total empenho do CpC “*noutros fóruns ou designações onde possamos desempenhar um papel*”.

Intervenção do deputado municipal Ricardo Lopes (PSD): [\(áudio 02:24 a 03:10 minutos - 4ª gravação\)](#)

→ Propôs, para facilitar a representatividade, objectivo do trabalho de cooperação entre os líderes dos grupos políticos, uma troca entre a CDU e o CpC no Conselho Municipal da Cultura e o Conselho Municipal da Saúde.

Intervenção do deputado municipal João Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 03:26 a 04:09 minutos - 4ª gravação\)](#)

→ Reconheceu que a CDU não estaria disponível para trocar a representação assumida pela Deputada Luísa Silva no Conselho Municipal da Cultura, porque também não dispunha da qualidade de Presidente de Junta sugerindo, em paralelo, que a troca fosse garantida pelo PS.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

→ Sugeriu, uma vez que não encontravam consenso, que fosse retirada a eleição da representação do Conselho Municipal da Saúde e se mantivessem as demais, adiando para a sessão seguinte a designação do Presidente de Junta a integrar o Conselho Municipal da Saúde;

→ Confirmou a inexistência de objecções e anunciou que se votaria a lista proposta, exceptuando o Conselho Municipal da Saúde.

Deliberação nº 42/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, *aprovar*, todas as representações externas deste órgão, votando por *maioria de 45 votos a favor, 2 votos em branco e 2 votos nulos* a proposta conjunta de todos os Grupos Políticos Municipais que indicava os nomes das personalidades que deviam em cada caso representar a Assembleia.

É a seguinte a representação da Assembleia Municipal nessas instituições e organismos:

a) CIM- Assembleia Intermunicipal da Região de Coimbra

Efectivos: Luís Marinho -Partido Socialista (PS); Ricardo Lopes -Partido Social Democrata (PSD); Ferreira da Silva- Partido Socialista (PS); Nunes da Silva- Nós Cidadãos (NC); Jorge Alexandre Almeida- Centro Democrático Social (CDS); Rui Claro – Partido Socialista (PS); Manuel Rocha – Coligação Democrática Unitária (CDU) - Maria da Graça Oliveira- Partido Social Democrata (PSD)

Suplentes: João Malva- Cidadãos Por Coimbra (CPC); Ângela Pinto Correia (PS); Martim Syder (PSD); Lúcia Santos Ferraz Nós Cidadãos (NC); Pinto Ângelo - CDU; Helena Mendes - CDS; Tiago Bolhão - PS; Susana Magnólia dos Reis - PSD

b) XXV Congresso da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses

Efectivo – Horácio Costa (PS) - Presidente da União de Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela

Suplente – Jorge Mendes (CDU) – Presidente da União de Freguesias de Ameal e Arzila

c) Assembleia Distrital de Coimbra: João Francisco Campos – PSD - Presidente da União de Freguesias de Coimbra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- d) Conselho da Comunidade da ACeS - Baixo Mondego:** Carlos Nunes da Silva -NC- Nós Cidadãos
- e) CPCJ -Comissão de Protecção de Crianças e Jovens -Coimbra:** Margarida Tenente dos Santos Pocinho – CDS-PP
- f) Conselho Municipal de Educação:** Luís Miguel Lopes Correia - PSD - Presidente de Junta de Eiras de S. Paulo de Frades
- g) Conselho Municipal da Cultura:** Paulo Cardoso (PS) – Presidente da Junta de Freguesia de Torres do Mondego e Luísa Maria Silva – (CDU)
- h) Conselho Municipal da Juventude:** Tiago Bolhão (PS); Martim Syder (PSD); João Ângelo (CDU); Margarida Simões (NC); Vasco Semedo (CDS-PP); Graça Simões (CpC); João Pinto (PPM); Francisco Guiné (CHEGA).

Deliberações tomadas em minuta para efeitos imediatos.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

→ Anunciou que o *Ponto 5* não carecia, pela sua natureza de votação, porque os próprios líderes que “já têm o mandato mais do que confirmado” assumiriam a composição da Comissão de Revisão do Regimento, no entanto, alguns líderes dos grupos políticos tinham adiantado em quem delegariam a representação na Comissão de Revisão. No caso do PS, parte das presenças, seriam garantidas pela Deputada Isabel Janelas e, por sua vez, a CDU far-se-ia representar pelo Deputado João Pinto Ângelo.

Assinadas e aprovadas as deliberações por minuta e sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão.